



43 antecipadamente no e-mail dos conselheiros, então há tempo hábil para leitura  
44 dos documentos antes dos documentos físicos. O conselheiro Edvaldo Viana  
45 discorda da fala do Lincoln, por mesmo por e-mail não chegou com sete dias de  
46 antecedência, outra questão é que não consegue ler uma ata deste tamanho no  
47 telefone, mesmo que ela vá com sete dias de antecedência, tanto por e-mail  
48 quanto físico ele tem de chegar com 7 dias de antecedência. O CMS aprova o  
49 encaminhamento do presidente Laurito. Seguindo os trabalhos é passado ao  
50 ponto de pauta “Análise E Parecer do PL 055/2021”. O conselheiro João Batista  
51 afirma que o referido projeto ainda não foi discutido pela Comissão de Saúde  
52 Mental, salvo engano foi pedido uma prorrogação de prazo para parecer do  
53 projeto de lei. O presidente do conselho **Laurito Porto De Lira Filho** informa que  
54 o pedido de prorrogação de prazo foi negado pela CML, na discussão feita no  
55 grupo o projeto foi rejeitado, um dos pontos colocados é porque ele tem um vício  
56 de iniciativa, pois já existe um projeto igual a nível estadual e não há necessidade  
57 do município aprovar uma lei que já tem abrangência em todo estado inteiro. Outra  
58 coisa é que a assessoria jurídica da ALEP deu um parecer contrário ao projeto de  
59 lei, pois este tema sobre a validade dos laudos é de alçada da união, ou seja, a lei  
60 do estado é inconstitucional. Laurito diz que o PL coloca que há uma dificuldade  
61 para os familiares dos autistas em conseguir o atendimento, pois os laudos que  
62 saem atestando que a pessoa é autista tem uma validade, então tanto o projeto de  
63 lei do estado quanto o da CML colocam essa validade com tempo indeterminado,  
64 os pareceres emitidos pelo jurídico da CML e AML colocam que este tipo de  
65 determinação seria problemática, primeiro porque teria de atestar em que nível  
66 está o autismo, isso traria inclusive um prejuízo ao tratamento dos autistas, sendo  
67 necessário laudos periódicos a estas pessoas. Laurito propõe parecer  
68 desfavorável ao PL 055/2021. O CMS aprova o parecer proposto. Seguindo os  
69 trabalhos o conselho passar a discutir a demanda da UBS Fraternidade. O  
70 conselheiro Edvaldo Viana questiona como está a situação da licitação da obra da  
71 UBS Fraternidade. Viana questiona que ontem houve uma reunião de avaliação  
72 do contrato do hospital Vida e Nova Vida e foi colocado algo que não entendeu  
73 muito bem, pois foi dito por eles que se a pessoa for internada nestes hospitais,  
74 esta internação tem de terminar com 30 dias e a pessoa ser liberada, mesmo que  
75 no dia seguinte a pessoa volte a ser internada, mas sua internação será paga num  
76 valor menor, então queria que na próxima reunião a gestão trouxesse uma  
77 explicação sobre isso, pois não entendeu essa questão. Evilin diz que no tocante a  
78 UBS Fraternidade, ontem conversou com o Luiz da SESA e Curitiba já liberou tudo  
79 que eles precisavam, a licitação já está em andamento e foi publicada ontem no  
80 jornal oficial, o valor máximo da licitação é de novecentos e doze mil, oitocentos e  
81 sessenta e quatro reais e onze centavos , a data de abertura dos envelopes de  
82 pospostas é dia 05/11. O conselheiro Edvaldo Viana solicita que a SMS envie ao  
83 conselho, assim que disponível, a empresa vencedora e o tempo de execução da  
84 obra. Andressa (DRAS) diz que no tocante aos Hospitais Vida e Nova Vida, o  
85 documento descritivo do contrato foi baseado nas portarias do MS no

86 acompanhamento que o próprio ministério faz das internações psiquiátricas no  
87 Brasil, então a base deste tempo de permanência veio do ministério da saúde, foi  
88 levado até os hospitais um histórico dos últimos 10 anos que mostrava a maioria  
89 dos pacientes teve alta com até 30 dias de internamento, por isso que no contrato  
90 não existe uma obrigatoriedade de alta com 30 dias, tanto que no documento  
91 descritivo a pontuação do hospital é que se ele tiver 80% dos pacientes internados  
92 e eles ficarão internados até 30 dias, o hospital pontua normalmente, pois este é o  
93 esperado de um hospital psiquiátrico, e aí 20% destes pacientes vão precisar de  
94 um tempo maior, então não é se 1,10 ou 20 pacientes precisarem de mais  
95 internação, eles vão ficar internados o tempo que for necessário, sem que o  
96 hospital seja suspenso por isso ou que o médico seja cerceado em sua decisão,  
97 isso é só uma questão estatística para avaliação da qualidade do atendimento do  
98 paciente durante sua internação. O conselheiro Edvaldo Viana questiona se estes  
99 20% que podem ultrapassar não tem ônus e o preço seria o normal dos outros  
100 80%. Viana questiona se que caso os 20% já tiverem sido atingidos e uma pessoa  
101 for obrigada a receber alta, e no dia seguinte voltar a ser internada, e verídico que  
102 o preço será menor. Andressa responde que o médico assistente não é abrigado a  
103 dar alta para o paciente fora da época, isto está fora de cogitação, a SMS não  
104 interfere em confuta médica, o MS diz que se o paciente internar nos próximos 30  
105 dias depois de uma alta o hospital recebe menos por isso, pois ele entende que o  
106 hospital deu alta precocemente para o paciente, então é algo determinado pelo  
107 ministério da saúde e a SMS segue estas regras. O conselheiro Lincoln Ramos e  
108 Silva diz que está tentando entender essa lógica do MS, então gostaria de pedir o  
109 envio ao conselho da documentação pertinente a esta situação. Andressa  
110 responde que pode enviar toda a documentação, são as portarias ministeriais que  
111 tratam do faturamento das AIH's de hospitais psiquiátricos, o paciente que tiver  
112 uma nova internação dentro dos 30 dias de alta terá um valor menor, mas acredita  
113 que isso pode ser questionado direto ao ministério da saúde. O presidente Laurito  
114 Porto Filho diz que ninguém é louco de rasgar dinheiro, ao mesmo entende que o  
115 poder público quer pagar menos pelo serviço, considerando o problema de receita  
116 vivido por todo o país, aí fica estranho de entender pelas falas que o Viana trouxe  
117 da reunião de avaliação de contrato, pois se pensarmos os problemas de saúde  
118 mental trazidos pela pandemia, talvez os números médios de internação sejam  
119 alterados, portanto, gostaria de saber se tem alguma portaria que leva em  
120 consideração essa alteração ou se a SMS tem algum estudo neste sentido.  
121 Andressa (DRAS) diz que os indicadores de saúde apresentados durante as  
122 reuniões mensais de avaliação do contrato, por meio destes indicadores é  
123 possível saber se o que o MS coloca é verdadeiro ou não, então além de avaliar o  
124 tempo médio de permanência dos pacientes que deveria ser 30 dias é feito o  
125 acompanhamento da taxa de re-internação, e o que se observa é que desde o  
126 início do contrato do hospital até a última avaliação feita ontem, o hospital nunca  
127 perdeu ponto e não sofreu nenhuma sanção por ter deixado pacientes internados  
128 por mais tempo, se for olhar a taxa de re-internação ela não é elevada, isso

129 demonstra que o hospital está fazendo o tratamento adequado e no tempo  
130 adequado, logo, tudo isso dá segurança para que possa afirmar que o hospital  
131 está prestando um bom atendimento dentro dos indicadores de saúde que são  
132 monitorados. O conselheiro Edvaldo Viana diz que discorda um pouco da fala, por  
133 exemplo, hoje você tem capacidade de atender, mas ninguém sabe como vai ser  
134 amanhã, 80% dos 30 dias ocorre normalmente, mas suponhamos que se atinja os  
135 20% que passe dos 30 dias, aí a pessoa está internada lá, deu os 30 dias e ela  
136 tem de sair porque a taxa de 20% já está comprometida, mas se tiver um paciente  
137 novo ele não vai querer pegar o que acabou de sair para receber menos, eles vão  
138 querer o paciente novo. Andressa (DRAS) responde que isso não é o que  
139 acontece. O conselheiro **Edvaldo Viana** coloca que isso pode não estar  
140 acontecendo hoje, mas é preciso prevenir para que não venha a acontecer caso  
141 os 20% seja extrapolado. Andressa (DRAS) responde que não é o hospital que  
142 decide quem ele vai receber, isso quem define é a regulação, ou seja, o hospital  
143 não escolhe qual paciente vai acolher, isso cabe a regulação do estado. A diretora  
144 Rosilene Machado sugere que a Comissão de Saúde Mental discuta a política da  
145 desospitalização e depois trazer isso para o CMS. O conselheiro **Edvaldo Viana**  
146 diz que entende que é a regulação que decide quem o hospital recebe, mas o  
147 dono do hospital não é tonto, ele simplesmente pode dar alta para o paciente  
148 reinternado e dizer que ele está bom, pois sabe vai receber menos por esta  
149 pessoa. O presidente **Laurito Porto Filho** propõe e o conselho aprova que o  
150 conselheiro Edvaldo Viana leve o assunto para discussão dentro da Comissão De  
151 Saúde Mental e uma posterior sugestão da comissão sobre o assunto ao  
152 conselho. Seguindo com os trabalhos o conselho passa a discutir a pauta  
153 “*Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente aos meses de*  
154 *março e abril de 2021*”. Sandra Silva – diretora financeira da SMS, realiza a  
155 apresentação e se coloca a disposição para esclarecimentos. O presidente Laurito  
156 Porto De Lira Filho propõe que a prestação de contas seja aprovada com as  
157 ressalvas constantes na ata da comissão de orçamento e finanças. O CMS aprova  
158 a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde Referente aos meses de  
159 março e abril de 2021, com as ressalvas da comissão de orçamento e finanças.  
160 Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta “Apresentação do Teto MAC”.  
161 Andressa (DRAS) realiza a apresentação. O presidente **Laurito Porto Filho**  
162 propõe questiona se há alguma previsão para solução do problema da falta de  
163 verba pra o HCL. Andressa (DRAS) responde que isso já era para ter sido  
164 resolvido, a SMS está apenas aguardando, pois normalmente eles renovam por  
165 um ano e depois preciso de um novo ofício para continuar o repasse do dinheiro,  
166 mas até o mês que vem isso deve ser resolvido e a SMS está cobrando a  
167 resolução desta questão insistentemente. O presidente **Laurito Porto Filho**  
168 propõe que seja feito ofício do CMS cobrando o estado para que resolva esta  
169 questão do contrato com do HCL. O CMS aprova o encaminhamento. Seguindo os  
170 trabalhos é passado ao ponto de pauta *Análise e Parecer dos Projetos de Lei*  
171 *nº109/2021 e Projeto de Lei nº 029/2021.* Laurito questiona se a Comissão de

172 Saúde da Mulher vai se manifestar sobre o PL nº 109/2021. A conselheira Juvira  
173 Barbosa Cordeiro diz que embora faça parte da Comissão de Saúde da Mulher, os  
174 projetos foram encaminhados no grupo de WhatsApp, algumas pessoas então  
175 colocaram suas opiniões, no entanto, não houve propriamente uma discussão  
176 dentro da comissão sobre o assunto. O presidente **Laurito Porto Filho** explica  
177 que o PL 109/2021 versa sobre a distribuição de absorventes para mulheres em  
178 situação vulnerável. Diante do prazo que a CML deu ao conselho para  
179 manifestação, foi feito um pedido de prorrogação de prazo, porém, a CML  
180 respondeu que eles não iriam dilatar o prazo para o conselho dar seu parecer,  
181 então a sugestão é que a comissão faça o parecer mesmo com o prazo expirado  
182 para encaminhamento do mesmo a CML. Considerando toda a discussão a nível  
183 nacional da questão da pobreza, dos riscos de saúde associados ao que as  
184 mulheres pobres fazem para tentar solucionar o problema de uma maneira que  
185 está a seu alcance, a questão de meninas que não conseguem ter acesso a este  
186 tipo de insumo e acabam faltando na escola por um período e o que isso acarreta,  
187 gostaria de fazer um apelo para que o conselho emita um parecer favorável ao  
188 projeto de lei que está sendo proposto pela CML. A diretora **Sandra Santos Silva**  
189 questiona quem arcaria com a despesa de acordo com o projeto. O presidente  
190 **Laurito Porto Filho** responde que as verbas estariam a cargo da assistência  
191 social do município. A diretora **Sandra Santos Silva** afirma que a despesa não  
192 poderia ser da saúde por conta do artigo 4º da Lei 141. O presidente **Laurito**  
193 **Porto Filho** relata que a promotora Susana perguntou no chat porque a despesa  
194 seria da assistência, pelo que lembra do PL seria a cargo da assistência social,  
195 mas olhando melhor a lei parece que caberia ao executivo determinar qual seria a  
196 fonte de recurso e a que pasta caberia esta distribuição. A diretora **Sandra Santos**  
197 **Silva** questiona que o artigo 4º da Lei 141 diz que *“não constituirão despesas com*  
198 *ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais*  
199 *mínimos de que trata esta Lei Complementar, aquelas decorrentes de: III -*  
200 *assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal”*, então  
201 sempre que houver uma classificação como a de a pessoa receber por não ter  
202 dinheiro para comprar, então não está se atendendo ao princípio universal, pois o  
203 princípio universal diz que seria preciso fornecer o absorvente para todas as  
204 mulheres , sendo ainda que o inciso X *“ ações e serviços públicos de saúde*  
205 *custeados com recursos distintos dos especificados na base de cálculo definida*  
206 *nesta Lei Complementar ou vinculados a fundos específicos distintos daqueles da*  
207 *saúde”* e o VIII fala em *“ações de assistência social”*, uma vez que o item deve ser  
208 fornecido pela condição financeira, então, em seu entendimento, o artigo 4º estaria  
209 sendo ferido. O presidente **Laurito Porto Filho** reafirma que projeto não  
210 determina de onde sairia o recurso, fala inclusive que poderia ser feito parcerias e  
211 convênios, talvez desta forma não iria ferir a lei em relação as observações  
212 colocadas pela Sandra. A promotora Susana De Lacerda diz que em seu  
213 entendimento a verba deveria ser da saúde, pois é uma questão ligada a saúde  
214 pública e isso não fere o artigo 4º da Lei 141. O CMS aprova parecer favorável ao

215 PL 109/2021 e encaminhamento do mesmo a CML mesmo estando fora do prazo.  
216 Na sequencia o CMS passa a discutir o PL 029/2021. O presidente **Laurito Porto**  
217 **Filho** coloca que o PL foi encaminhado a todos os conselheiros para análise e  
218 também para a comissão de humanização, estão gostaria de saber se alguém da  
219 comissão pode falar sobre o projeto. Laurito explica que o projeto propõe que o  
220 executivo municipal não possa determinar sozinho decretar o fechamento de  
221 comercio, lockdown parcial ou total, sem que o prefeito chame num prazo de 48  
222 horas uma reunião entre os representantes das empresas, trabalhadores e os 5  
223 vereadores nomeados pelo presidente da CML. Esse projeto passou pela  
224 comissão de justiça da câmara e foi aumentando o escopo das pessoas que  
225 poderiam ser convidadas, foi retirado do projeto um artigo que considerava crime  
226 de responsabilidade do prefeito se ele não convocasse essa reunião dentro das 48  
227 horas, e ainda, foi ampliado o prazo para 96 horas. Dentro da assessoria jurídica  
228 da CML eles consideraram que o projeto tem vício de iniciativa por ferir o artigo 2º  
229 da CF que fala da independência dos poderes, pois a CML estaria tentando  
230 interferir no trabalho do executivo. Outro ponto é que atos emergências pedem  
231 celeridade e o prazo solicitado pode interferir na resolução de situações de  
232 emergência como a pandemia. O conselheiro Edvaldo Viana diz que fica até  
233 espantado com alguns PL's encaminhados pela câmara. Um certo vereador andou  
234 falando mal dos conselhos e não sabia nem o que estava falando, mas ao  
235 contrário de uma meia dúzia de vereadores, os conselheiros sabem quais são  
236 suas prerrogativas, então a única coisa que tem a falar sobre o PL é que isso não  
237 é prerrogativa do conselho que o legislativo que se entenda com o executivo,  
238 trata-se de mais um projeto de lei sem pé nem cabeça que chega ao conselho e  
239 que o mesmo não tem a prerrogativa de nem mesmo analisar, ou seja, não é  
240 prerrogativa de nenhum conselho municipal, "cada macaco no seu galho", o  
241 conselho sabe qual é seu lugar e papel, mas parece que alguns vereadores não  
242 sabem o seu, pois o conselho não pode interferir na prerrogativa do legislativo ou  
243 do executivo. O conselheiro Lincoln Ramos e Silva apoia o parecer da comissão  
244 de justiça e considera o projeto inconstitucional. O presidente Laurito Porto De Lira  
245 Filho propõe que o conselho emita parecer desfavorável ao PL 029/2021, dada a  
246 inconstitucionalidade do projeto. Laurito destaca que muitas vezes os legisladores  
247 municipais, estaduais e federais, lembram muito do artigo 5º da CF que fala dos  
248 direitos individuais e esquecem que a CF prevê também direitos coletivos, e  
249 quanto fazem este tipo de proposta para privilegiar interesses individuais ou de um  
250 segmento eles estão tentando passar por cima de direitos coletivos. Outro ponto é  
251 que nenhuma medida tomada pelo executivo municipal foi permanente, apenas  
252 algo temporário devido a situação pandêmica que o mundo se encontrava.  
253 Seguindo os trabalhos o conselho passa a discutir o item "Panorama da Covid-19  
254 Em Londrina". Fernanda Fabrin (SMS/DVS) realiza a apresentação e se coloca a  
255 disposição para esclarecimentos. O conselheiro Lincoln Ramos e Silva questiona  
256 de onde foram extraídas estas informações e se o a queda de notificados,  
257 positivos e óbitos tem relação direta com a campanha de vacinação. **Drª Fátima**

258 **Tomimatsu (SMS/DVS)** responde que a fonte de dados são vários sistemas e os  
259 mesmos estão citados na apresentação que vai ser encaminhada ao CMS. A SMS  
260 recebe diariamente as notificações de todos os serviços de saúde, seja de  
261 internados ou não, tudo vai para a vigilância e esses dados são colocados numa  
262 planilha , a qual é construída com os dados extraídos da GAL que faz os exames  
263 de covid, as planilhas de notificação são a “Notifica Covid” da SESA e outra a  
264 SIVEP que é do MS, então a planilha é alimentada diariamente para  
265 acompanhamento de todos os casos, óbitos e vacinados, o que foi apresentado  
266 aqui é apenas uma parte. Em relação a diminuição de casos, o que se observa,  
267 principalmente nos óbitos, pois a vacina não vai prevenir 100% que as pessoas  
268 tenham a doença, o que a vacina faz é dar uma grau de proteção para que a  
269 doença não agrave ou leve a pessoa a óbito, isso é possível observar na planilha  
270 que mostra que a curva de óbito começou a cair, em setembro ela teve uma  
271 pequena elevação, agora voltou a cair. É possível observar no gráfico que a  
272 vacinação começou no final de janeiro, a 2ª dose na segunda quinzena de  
273 fevereiro, onde se pode observar que a queda dos óbitos foi muito grande, em  
274 setembro se observa um ligeiro aumento dos óbitos, mas já era o esperado, que a  
275 vacina daria uma proteção média de 6 meses, por isso que foi instituído a terceira  
276 dose, principalmente para os idosos, pois se observou alguns óbitos em idosos  
277 que tiveram as duas doses lá no início, sendo ainda que a grande maioria destes  
278 óbitos tinha comorbidades associadas, mas não se discute que a queda de óbitos  
279 e casos graves é devido a vacina, pois sem a vacina seriam muitos mais óbitos e  
280 casos graves. O presidente **Laurito Porto De Lira Filho** questiona que para  
281 determinar que a taxa de transmissão realmente caiu, teria de ser feito uma  
282 testagem maior na população, pois hoje a testagem é apenas para casos com  
283 sintomas, então não dá hoje para afirmar que a taxa de transmissão esteja caindo.  
284 Laurito questiona se é possível estratificar os números quanto as categorias fora  
285 do serviço de saúde, inclusive o SEEB fez este pedido a SMS e ela fez um  
286 trabalho e conseguiu colocar pelo número de trabalhadores afetados, esse pedido  
287 foi feito para poder colocar que dentro das categorias profissionais há alguns  
288 problemas quanto a emissão das CAT's, então estes trabalhos serviriam para  
289 poder pontuar o trabalho dentro da CISTT, e o encaminhamento para os setores  
290 dos trabalhadores para poder fazer a devida cobrança nas negociações coletivas  
291 e que seja feito a cobrança para abertura de CAT para estes trabalhadores.  
292 Laurito questiona se a SMS tem o número de sequelados, pois o NASF está  
293 fazendo um trabalho com estes pacientes, sendo ainda que isso vai ter um  
294 impacto no atendimento. **Drª Fátima Tomimatsu (SMS/DVS)** responde que no  
295 tocante a taxa de transmissão, este é um dado estatístico calculado em função  
296 das notificações e quantidade de positivos, a SMS tem uma quantidade muito  
297 grande notificações, destas, as grande maioria é feito exame e nem todos são  
298 positivos, portanto, a SMS testa bastante, inclusive não somente em laboratórios,  
299 mas também em farmácias que enviam notificações. Outros dados indiretos como  
300 o RT mostram a redução, além de na pratica se observar a redução das

301 internações, óbitos, casos graves, da procura de serviços. Em relação as  
302 sequelas, ainda não é possível dimensionar esta quantidade, mesmo porque isso  
303 ainda está sendo estudado, trata-se de uma doença nova e ainda não está  
304 definido exatamente quais seriam as sequelas e o numero de pessoas. Em  
305 relação a profissão das pessoas, não se trata de dado obrigatório na notificação  
306 do estado, infelizmente na grande maioria não há esta informação. O conselheiro  
307 **Lincoln Ramos E Silva** diz que a preocupação é quanto as pessoas com  
308 sintomas leves devido a vacina e que não procuram o serviço para testagem, pois  
309 elas continuam transmitindo, então será que não seria o caso de fazer uma  
310 testagem mais ostensiva. Fernanda Fabrin diz que talvez isso seja um ponto  
311 relevante que possa vir a mudar algo na rotina do sérvio, mas neste momento não  
312 há informações para que isso mude algo no MS ou no estado, mas independente  
313 de tudo é preciso continuar informando as pessoas sobre a necessidade de  
314 prevenção e os cuidados devem continuar. A conselheira Rita Domansky diz que a  
315 vacina diminuiu os casos graves do HU, mas ainda há muitos casos de internação,  
316 a maioria de idosos. O conselheiro Fernando Marcucci questiona qual a  
317 programação de manutenção das UBS's de referência, UPA e dos leitos  
318 exclusivos do HZN e HU. A diretora Rosilene Machado coloca que o número de  
319 exames não reduziu, inclusive está sendo feito busca de contatos, podendo utilizar  
320 teste rápido, a SMS acompanha também todos os surtos, então nenhum serviço  
321 foi reduzido, a SMS não deixou de testar por conta da vacina, mas ainda segue os  
322 mesmos protocolos para disponibilização do teste. **Drª Fátima Tomimatsu**  
323 **(SMS/DVS)** diz que os testes continuam sendo feitos em larga escala, mas o que  
324 tem observado é que hoje há uma grande quantidade de negativos. Drª Valéria  
325 Barbosa (SMS/DAPS) diz que como no último mês houve uma diminuição de  
326 cerca de 45% das consultas nas UBS's referência de síndrome respiratória, a  
327 SMS optou por deixar de atender referencia respiratória nas UBS's Bandeirantes e  
328 Chefe Newton a partir da próxima segunda feira. O presidente Laurito Porto  
329 solicita que a SMS tente levantar os dados quanto as categorias profissionais. Em  
330 relação aos sequelados, acredita que é possível sim um levantamento se houve  
331 um aumento da demanda para fisioterapia, saúde mental, entre outros, devido a  
332 covid. **Drª Fátima Tomimatsu (SMS/DVS)** responde que a SMS pode tentar  
333 levantar em relação a notificação dos casos, mas em relação a continuidade do  
334 tratamento e sequelas, talvez os serviços especializados que atendem estes  
335 pacientes possam ter alguns dados. A diretora Rosilene Machado coloca que a  
336 literatura aponta de 10 a 35% de complicações pós covid, então com o número de  
337 internações seria possível ter talvez um panorama de necessidades. A conselheira  
338 Rita Domansky diz que o HU já tem um laboratório informalmente desde o começo  
339 do ano, então tem acompanhado sim muitos pacientes sequelados, mas pode  
340 trazer estes dados na próxima reunião do CMS. Rita destaca que tem visto que a  
341 população abaixo dos 18 anos está querendo muito a vacina para poder sair, mas  
342 é preciso reforçar a orientação que a vacina não elimina o risco da doença e é  
343 preciso continuar com os cuidados. Não havendo mais questionamentos, o CMS

344 passar a discutir a questão da FUNEAS e do HZS e HZN. O secretário de Saúde  
345 Felipe Machado inicia dizendo que recentemente participou de 3 reuniões com a  
346 equipe do SESA, que contou a presença do Drº Vinicius Filipak, Marcelo Machado  
347 que é presidente da FUNEAS, Lucia Lopes (17ª RS), sendo que em duas destas  
348 reuniões o secretário Beto Preto também estava. O estado tem dois hospitais  
349 secundário em Londrina de média complexidade que são o HZS e HZN, os quais  
350 eram geridos em parte pelo CISMENPAR, mas como decisão de gestão do estado,  
351 algo legítimo, começou a ocorrer um estudo para que a FUNEAS passar a fazer a  
352 gestão destes hospitais, algo que se concretizou a partir do dia 01/10/2021. A  
353 SMS então se reuniu com o estado, talvez de maneira tardia, mas entende que o  
354 próprio desenho não estava posto, para ver quais seriam os desdobramentos  
355 desta gestão por parte da FUNEAS, pois no que se propõe tem certeza que vai  
356 trazer agilidade, resolutividade e ampliação de atendimentos nos dois hospitais.  
357 Por outro lado, um ponto que preocupada a SMS, é a vontade da FUNEAS que a  
358 porta destes dois hospitais passem a ser somente referenciada e sem  
359 atendimento de demanda espontânea, então isso é algo que está sendo discutido  
360 nas reuniões supracitadas, se isto é realmente o mais adequado, o que a  
361 FUNEAS vai ampliar de serviços, pois o grande objetivo deles é ajudar a dar  
362 vazão as cirurgias eletivas, tanto que eles argumentam que para conseguir isso a  
363 porta deles não pode ser livre. Hoje há uma questão cultural na população de  
364 buscar estes dois hospitais, pois sempre atenderam assim, então esta  
365 conversando com o estado sobre esta situação, também foi pedido para que eles  
366 apresentassem quais as projeções de produção, expectativas, quais seriam as  
367 especialidades, ou seja, detalhes mais técnicos para que a SMS pudesse formar  
368 uma opinião mais consolidada a respeito disso, mas ainda não se chegou a um  
369 denominador comum, em algum momento tende a caminhar para uma  
370 convergência para que estado e município consigam garantir uma assistência de  
371 qualidade a população. O estado argumenta que o HZS e HZN tem um custo  
372 muito elevado para o erário do estado neste momento e acabam não conseguindo  
373 entregar aquilo que poderia ser possível, então há esta possibilidade de  
374 otimização, a gestão da FUNEAS vem com o objetivo principal de ajustar todo  
375 este planejamento e execução, então vê com muitos bons olhos que isso seja feito  
376 e o dois hospitais sejam potencializados, pois eles tem um espaço para  
377 crescimento muito grande, mas ainda serão algumas reuniões com o estado para  
378 definição final disso. O Cismepar quer era um serviço interveniente escolhido pela  
379 SESA, deixou de prestar seu serviço desde o fim de setembro, a FUNEAS se  
380 organizou com contratação emergencial para que não houvesse desassistência a  
381 população, e ai evidente que eles terão seus tramites para converter depois estes  
382 testes em testes seletivos e emprego publico como regulamento da própria  
383 fundação. A conselheira Ligia Mara da Silva do Amaral (SINDSAUDE) diz que  
384 trabalha no HZN e a população procura muito o hospital, é uma questão cultural  
385 essa procura. Outro ponto é a questão de não ter uma UPA na região, muitas  
386 pessoas procuram o plantão do Maria Cecilia, mas como não tem medico acabam

387 indo para o HZN, então gostaria de saber como o município está se preparando  
388 para esta demanda quando a população não conseguir o atendimento, onde eles  
389 serão atendidos. O secretário Felipe Machado diz que a SMS está trabalhando  
390 primeiramente para que as portas dos hospitais não fechem para procura  
391 espontânea. Outro ponto é que desde que assumiu em 2017, o Maria Cecília  
392 jamais ficou sem médico, a escala está completa com 2 médicos, as vezes  
393 acontece algum imprevisto de atestado, mas um medico ao menos é garantido,  
394 pois é impossível um serviço de urgência e emergência funcionar sem o médico,  
395 se isso acontecesse a primeira atitude seria fechar o serviço, alias hoje o Maria  
396 Cecilia funciona até a uma da manhã, mas é evidente que a zona norte tem uma  
397 população muito grande e a estrutura hoje do Maria Cecília é um pouco acanhada,  
398 tanto que a SMS já tem projetos de expansão da unidade. O conselheiro Lincoln  
399 Ramos e Silva diz que entende que o estado tem suas prerrogativas, mas não  
400 pode deixar de citar que tanto o CES quanto o CMS foram contra a FUNEAS  
401 assumir o HZS e HZN, por isso estranha a dificuldade da gestão em conversar  
402 com o estado, pois uma das primeiras premissas seria procurar o controle social e  
403 a gestão do município para dialogar, algo que infelizmente não aconteceu. Lincoln  
404 destaca que a media de atendimento do HZN é de 30 mil/mês, então onde é que  
405 estas pessoas serão atendidas se o estado manter a posição de portas fechadas.  
406 O secretário Felipe Machado diz que essa preocupação é a mesma da SMS,  
407 com a covid melhorando as pessoas com outras doenças voltaram mais a buscar  
408 os serviços de saúde, por isso a SMS está insistindo com o estado de no  
409 momento ser mantido as portas de entrada dos dois hospitais. A conselheira Ligia  
410 Mara da Silva do Amaral diz que em relação ao Maria Cecília, não sabe depois de  
411 março do ano passado com a questão covid e as mudanças, mas sempre atendeu  
412 ligações a partir de uma hora dizendo que não era para mandar mais pacientes.  
413 Em relação ao HZS e HZN, continua a urgência e emergência, o medico avalia a  
414 necessidade de o hospital atender, senão vai encaminhar a pessoa para a UPA. O  
415 presidente **Laurito Porto De Lira Filho** lembra que quando o conselho discutiu o  
416 PPA, foi colocado sobre a necessidade de aumentar as estruturas de saúde da  
417 região norte , e , diante de toda falta de dialogo da FUNEAS com o controle social  
418 e gestão do município, bem como de todos os possíveis problemas já citados  
419 pelos conselheiros, gostaria de saber se houve alguma alteração no PPA no  
420 sentido de buscar novas estruturas para atender essa população da zona norte  
421 que procura o HZN, pois pelo que o FUNEAS mostrou até agora parece que não  
422 tem conversa com controle social ou gestão, sendo que é preciso sim uma  
423 parceria, não se pode fazer uma alteração do nada, logo, o estado tem de manter  
424 sim a porta dos hospitais abertas até que as estruturas necessárias sejam criadas  
425 para que os hospitais fiquem apenas com referência. O secretário Felipe  
426 Machado responde que a SMS sempre tem em seu radar a questão da melhoria  
427 de serviços, a ampliação propriamente dita não é o grande problema e sim a  
428 manutenção do serviço, com ampliação é preciso pensar também em RH,  
429 insumos, de modo a garantir o atendimento, e essa situação dos hospitais se

430 proporem a ser referenciado é algo relativamente novo, não havia essa discussão,  
431 mas conversou com o secretário Beto Preto, ele escutou estas ponderações e se  
432 propôs a ajudar de outra forma que a SMS apresentasse, então a secretaria está  
433 construindo isso, mas nada ainda foi fechado em definitivo e tem certeza que uma  
434 saída será encontrada. O presidente **Laurito Porto De Lira Filho** questiona se por  
435 enquanto os hospitais estão atendendo livre demanda. O secretário Felipe  
436 Machado diz que o HZN está atendendo exclusivamente covid e não vai atender  
437 outras demandas, urgência e emergência atendem referenciado depois de central  
438 e SAMU porque ai já tem o direcionamento, o HZS já não atende mais urgência e  
439 emergência, então deve estar atendendo, não há nenhuma autorização do  
440 município neste momento que não atendam procura espontânea, podem ate fazer  
441 classificação de risco e encaminhar, o que não pode é dispensar o paciente sem  
442 passar por uma avaliação médica. O presidente **Laurito Porto De Lira Filho** cita o  
443 caso do sobrinho da conselheira Joelma, o qual o conselho aguarda resposta ao  
444 oficio enviado a DUES. O secretário Felipe Machado diz que irá pedir celeridade  
445 da resposta. Seguindo os trabalhos o conselho passar a discutir o remanejamento  
446 de funcionários das UBS's San Izidro e Eldorado. Dr<sup>a</sup> Valéria Barbosa diz que não  
447 houve remanejamento de servidores, apenas alguns ajustes porque os servidores  
448 do Eldorado precisam permanecer na unidade para realizar a vacinar, os  
449 servidores do San Izidro ficam no San Izidro, alguns profissionais foram  
450 direcionados , mas não pode mandar toda equipe, então os ACS's, por exemplo,  
451 continuam no território para ajudar na vacina da polução e outros atendimentos. O  
452 presidente **Laurito Porto De Lira Filho** diz que o questionamento é que a unidade  
453 do San Izidro não está dando conta do atendimento os ACS's do Eldorado estão  
454 com dificuldade no trabalho que eles têm de fazer no território por estar ajudando  
455 na vacinação. O conselheiro Lincoln Ramos e Silva propõe que a Comissão de  
456 Acesso ao SUS faça uma visita as unidades para ver o que está conhecendo. Dr<sup>a</sup>  
457 Valéria Barbosa diz que os atendimentos estão sendo feitos no San Izidro. Os  
458 ACS's têm atividades na vacina, pois eles precisam auxiliar a vacinação, as  
459 pessoas do Eldorado têm de se deslocar assim como as das demais unidades  
460 vacinadoras, mas algumas atividades dos ACS's nos territórios ainda são feitas,  
461 mas pode encaminhar para o conselho um relatório de tudo que é feito dentro do  
462 território. O CMS aprova o encaminhamento do conselheiro Lincoln e o relatório  
463 proposto pela diretora Valéria. Na sequencia o conselho passa a discutir o  
464 cronograma de entrega da obra do SAMU. O secretário Felipe Machado explica  
465 que o prazo para entrega da obra é dia 19/12, então, a partir do momento que há  
466 um aditivo vigente não há que se falar em atraso, havia um cronograma e ele foi  
467 alterado por várias situações, dentre elas, não foi possível liberar para a empresa  
468 fazer a execução logo após a assinatura do contrato, pois havia moradores de rua  
469 que ficavam no local e foi preciso fazer uma ação conjunta com a ação social, GM,  
470 CMTU, consultório de rua e CAPS, para conseguir encaminhar os moradores para  
471 abrigos, então com essa ação foi preciso conceder aumentar o prazo para a  
472 empresa. Outro ponto é que durante a execução da obra, foi identificado que a

473 rampa prevista no projeto seria muito íngreme na ligação do heliponto com o  
474 estacionamento, algo que iria inviabilizar a segurança, então foi preciso alterar o  
475 projeto para construção da rampa, isso também acrescentou mais prazo. Outro  
476 ponto é que a empresa justificou em várias situações a dificuldades de acesso a  
477 matérias de construção devido a pandemia, com prazos longos para entrega, por  
478 isso, após a análise do fiscal da obra, foi concedido um novo prazo para conclusão  
479 da obra que é do dia 19/12. Felipe relata que esteve recentemente na obra e ela  
480 está entrando em fase de acabamento, o projeto prevê todas as salas moldadas  
481 em Drywall, então é muito rápido para edificar, as estruturas estão prontas, basta  
482 apenas eles fazerem a vedação das janelas, algo que deve começar na próxima  
483 semana, e aí depois começará as divisórias da sala, então a intenção é que após  
484 a entrega da obra, em 30 ou 40 dias fazer toda parte que compete a SMS para  
485 que o SAMU comece a operar no local. O presidente Laurito Porto Lira Filho  
486 questiona se os aditivos ampliaram o valor da obra. O secretário Felipe Machado  
487 responde que os aditivos tiveram um custo, em especial a da nova rampa prevista,  
488 onde foi feito um aditivo de 153 mil reais, o que corresponde a cerca de 0,03% do  
489 valor total da obra. O conselheiro Lincoln Ramos E Silva questiona qual o prazo da  
490 SMS para que o novo prédio de SAMU seja entregue. O secretário Felipe  
491 Machado diz que em todas as obras o prefeito tem buscado colocar moveis e  
492 equipamentos novos, muitos desses são feitos planejados , por isso a estimativa é  
493 de 30 a 40 dias da entrega da obra pela empresa. Seguindo os trabalhos o  
494 conselho passa ao ponto de pauta “Aprovação de Incentivo Financeiro de  
495 Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios, no Programa de  
496 Qualificação de Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo”. Evilin  
497 Gorcks (SMS/Planejamento) realiza a seguinte apresentação: Prezados (as)  
498 Conselheiros (as) A Resolução SESA Nº 769/2019 - Dispõe sobre Adesão dos  
499 Municípios ao Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário  
500 nos Municípios, no Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde, na  
501 modalidade fundo a fundo. A Resolução SESA nº 933/2021 contemplou o  
502 município de Londrina com o incentivo financeiro. O município deverá encaminhar  
503 uma lista de documentos, dentre eles, a Aprovação do Conselho Municipal de  
504 Saúde de Londrina; Resolução 933/2021. Item/Valor Recebido/Estado: Van R\$  
505 170.000,00/Ambulância Suporte Básico R\$ 170.000,00/Ambulância Suporte  
506 Básico R\$ 170.000,00. Não havendo mais questionamentos, o CMS aprova a lista  
507 de equipamentos apresentada. O conselheiro Fernando Marcucci pergunta como  
508 será utilizada a Van. Evilin responde que será utilizada no Transporte Clínica  
509 Agendado, Fisioterapia e Hemodiálise. Na sequência o conselho passar a discutir  
510 a questão de outdoor espalhado pela cidade. O presidente Laurito Porto Lira Filho  
511 questiona que um outdoor com fakenews está sendo espalhado pela cidade,  
512 inclusive com fakenews sobre a posição da OMS a respeito da vacina, sendo que  
513 a posição da mesma é que deveria ser feitas ponderações éticas e morais quando  
514 os estados assim determinassem a obrigatoriedade ou não da vacina, já que  
515 dentro das cartas magnas de diversos países há alteração quanto ao que

516 prevalece ou não , no caso do Brasil o coletivo sempre prevalece sobre o  
517 individual , ao contrário, por exemplo, da Suécia, onde o direito individual  
518 prevalece, então, diante do exposto, gostaria de saber se a SMS tem alguma  
519 posição oficial e se vai ser feito algo quanto a estas fakenews espalhadas pela  
520 cidade que são contra vacina. O secretário Felipe Machado responde que recebe  
521 com muita tristeza esse tipo de manifestação, em que pese o Brasil ser um país  
522 democrático, para quem é da saúde em especial e está vivendo todo este martírio  
523 da pandemia a mais de um ano e meio, este tipo de coisa é muito decepcionante,  
524 então o posicionamento oficial da SMS é o mesmo que ela está fazendo  
525 reverberar em todos os lugares, ou seja, a importância da vacina e o incentivo  
526 para que a população se vacine, ontem inclusive, suas próprias filhas foram até a  
527 SMS para gravar um vídeo incentivando a vacinação, então até conversou com a  
528 promotora se algo poderia ser feito contra este tipo de manifestação, mas ela  
529 disse que as vezes responder este tipo de coisa acaba dando mais repercussão,  
530 no entanto, essa repercussão está sendo cada vez menor, então  
531 institucionalmente a SMS não vai rebater este tipo de manifestação diretamente e  
532 sim mostrando o benefício que a vacina tem trazido a população. O conselheiro  
533 Lincoln Ramos E Silva diz que é direito de cada um se posicionar sobre querer ou  
534 não tomar a vacina, porém, publicar um outdoor com fakenews é outra história,  
535 então gostaria de consultar o jurídico da SMS e o MP se o CMS pode fazer uma  
536 queixa crime sobre o ocorrido ou quais medidas podem ser tomadas. O presidente  
537 **Laurito Porto De Lira Filho** coloca que faz parte da democracia se manifestar,  
538 mas como sindicalista, por varias vezes tentou colocar outdoor na cidade e não  
539 conseguiu porque o conteúdo seria contrário as falas do governo federal , ai  
540 aparece essas fakenews indo contra ao que a gestão, MP e o CMS tem tentado  
541 trabalhar, ou seja, a pessoa além de emitir fakenews ainda encontra apoio do  
542 empresariado para isso, tentando atrapalhar o trabalho de combate a uma doença  
543 que tem provocado tantas mortes, ou seja, é algo complicado porque parece ter  
544 sido orquestrado para prejudicar o trabalho. **Laurito** informa que a Dr<sup>a</sup> Susana  
545 esclareceu no chat que o conselho é livre para encaminhar qualquer documento  
546 para análise do MP. O secretário Felipe Machado diz que a SMS irá responder  
547 qualquer documento encaminhado pelo CMS e se posicionar de acordo com a  
548 análise do jurídico do município. O conselheiro Lincoln Ramos E Silva propõe que  
549 o conselho levante todas as peças documentais e remeta questionamento ao MP,  
550 primeiro para averiguar se as informações são fakenews ou não, e quais seriam  
551 as medidas cabíveis caso a informação do outdoor seja realmente fakenews. O  
552 CMS aprova o encaminhamento proposto. **Laurito** informa que a Dr<sup>a</sup> Susana  
553 esclareceu no chat esclareceu a importância de registrar a data de verificação de  
554 cada outdoor e endereço que foram colocados. Laurito coloca que uma das  
555 publicações fala que o CFM e a OMS são contra a vacinação, porém, a OMS fala  
556 de ponderações éticas e morais contra a obrigatoriedade ou não da vacina, já o  
557 CFM teve um posicionamento quanto aos remédios, mas não viu nada dele  
558 dizendo ser contra a vacina. Não havendo nenhum informe, o CMS encerra os

559 trabalhos. Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson Luiz Oliveira Silva e  
560 revisada pela secretária Sandra Bavia.

Suplente	Carlos Felipe Marcondes Machado	
Titular	Rosilene Machado	
Suplente	Maria Lúcia da Silva Lopes	Justificou
Titular	Joelma Aparecida de Carvalho	Justificou
Titular	Marco Antônio Modesto	
Suplente	Mário Sérgio Gazolli	
Titular	Lincoln Ramos e Silva	
Suplente	Luís Alfredo Gonçalves	Ausente
Titular	Ligia Mara da Silva do Amaral	
Suplente	Sandra Maria da Silva Matos	Ausente
Titular	Joice Mara Cruciol e Souza	Justificou
Suplente	Ester Massae Okamoto Dalla Costa	Justificou
Titular	João Batista Martins	Justificou
Suplente	Nadya Christina Silveira Pellizari	Justificou
Titular	Fernando César Marcucci	
Suplente	Flávia Gonçalves	
Titular	Alexsandra A Jesus Moreira	Ausente
Suplente	Ana Paula Gracindo	Ausente
Titular	Edmilson Garcia	
Suplente	Manoela Germinari Pessoa	Justificou
Titular	Lincoln Vieira Magalhães	Ausente
Suplente	Luiz Soares Koury	
Titular	Fahd Haddad	Justificou
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	

Titular	Rita Domansky	
Suplente	Vivian Biazon El Reda Feijó	justificou
Titular	Reilly Aranda Lopes	Ausente
Suplente	Geraldo Júnior Guilherme	Ausente
Titular	Edvaldo Vianna	
Suplente	Amélia do Nascimento Magrinelli	Ausente
Titular	Maria Ap <sup>a</sup> Silva Montes	Ausente
Suplente	Livaldo Bento	Ausente
Titular	Vaine Teresinha P Marques	
Suplente	Teresa Moreschi	Ausente
Titular	Adriana Fernandes M. Sanches	Ausente
Suplente	Maria Inês Bento Gimenes	Ausente
Titular	Sem indicação	
Suplente	Ailton de Souza	Ausente
Titular	Wagner Aguiar de Almeida	
Suplente	sem indicação	
Titular	Faustino Aparecido de Abreu	Justificou
Suplente	Alcides Antônio Oliveira	Ausente
Titular	Neide Aparecida Gonçalves	
Suplente	João Maria Cabral	Ausente
Titular	Eunice Tieko Myamoto	
Suplente	Edvaldo Zanutto	Ausente
Titular	Laurito Porto de Lira Filho	
Suplente	Regina Ferreira de Souza	Ausente
Titular	Jurandir Pinto Rosa	
Suplente	Jair Rodrigues Pereira	Ausente

Titular	Ângelo Barreiros	
Suplente	Monica Ap <sup>a</sup> Cardoso	Ausente
Titular	Juvira Barbosa Cordeiro	
Suplente	Maria José Barbosa	
Titular	Sem indicação	
Suplente	Alexandre Montezin	Ausente

561